

corrência de descumprimento de obrigação contratual prevista no subitem 12.1. do Contrato nº 91/19 (prazo para apresentação da garantia de execução contratual), nos termos do artigo 83, incisos II da Lei Federal nº 13.303/16, em concordância com os artigo 190, II do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da CET, combinado com o artigo 54 e seguintes do Decreto Municipal nº 44.279/13, em decorrência de descumprimento de obrigações contratuais. II - Fica aberto o prazo de 10 (dez) dias úteis para oferecimento de defesa prévia, nos termos do Art. 83, §2º da Lei Federal nº 13.303/16 e Art. 197, inciso III do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da CET, combinado com o artigo 54 e seguintes do Decreto Municipal nº 44.279/03, estando desde já, os autos do processo em epígrafe com vista franqueada ao interessado. III - Publique-se.
Diretor Administrativo e Financeiro

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE

COHAB - LICITAÇÕES

LICITAÇÃO 028/21 – MODO DE DISPUTA FECHADA - PROCESSO SEI Nº 7610.2020/0001397-2 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO, CONSTRUÇÃO DE MURO DE DIVISA, LIMPEZA E PASSEIO EM TERRENO DE PROPRIEDADE DA COHAB-SP, NO CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO, QUADRA 182, LOTE 05, NA RUA BERNARDO LEON COM AVENIDA PROFESSOR JOÃO BATISTA CONTI, S/N, SUBPREFEITURA DE ITAQUERA – SÃO PAULO – SP, NOS TERMOS DAS ESPECIFICAÇÕES QUE INTEGRAM ESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
As 13h00 horas do dia 02 de fevereiro de 2022, reuniram-se, na Rua Líbero Badaró, 504 – 12º andar – sala 122, São Paulo - Capital, os membros da Comissão Permanente de Licitação - Copel da COHAB-SP, devidamente designados pela autoridade superior por meio da Portaria n.º 005/2021, para prosseguimento dos trabalhos do procedimento em epígrafe, a fim de proceder análise da documentação de habilitação apresentada na presente licitação pela empresa: VR DEMOLIDORA LTDA – CNPJ, 01.508.422/0001-35. A comissão analisou a documentação apresentada com base nos critérios estabelecidos no item 18 – Da Análise da Documentação de Habilitação do Edital. Da análise da referida documentação concluiu a Comissão que a empresa supramencionada, a qual tem sede na cidade de Carapicuíba, deixou de apresentar DECLARAÇÃO referente à Regularidade Fiscal conforme exigido no item 15.1.2.5.1: “A licitante com sede fora do Município de São Paulo - e que não esteja cadastrada como contribuinte neste Município - deverá apresentar declaração, firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada, nos termos do Anexo 7 deste Edital". Diante a ausência da apresentação da declaração supramencionada concluiu a Comissão por INABILITAR a empresa supramencionada nos termos do item 18.2. do Edital.

O presente resultado será divulgado mediante publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC, com a abertura do respectivo prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos. Franqueada vistas aos autos a partir da publicação. Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado.

Comissão Permanente de Licitações – COPEL

SÃO PAULO URBANISMO

GABINETE DO PRESIDENTE

PROCESSO Nº 7810.2022/0000076-6

Despacho Autorizatório

I - A vista dos elementos contidos no presente Processo Eletrônico nº 7810.2022/0000076-6, e parecer jurídico a cota n.º , que adotamos como razão de decidir e que passa a fazer parte integrante deste instrumento, com fundamento no art. 29, inciso II, da Lei Federal nº 13.303/2016, **AUTORIZO** a contratação direta por Dispensa de Licitação Eletrônica da empresa ATEM COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 32.370.072/0001-17, para, no prazo de 08 (oito) dias, fornecimento de 400 copos descartáveis para água com 200ml/180ml x 1,80 gramas de massa, em polipropileno, na cor branco leitoso, acondicionado em mangas de 100 unidades cada;

II - Em consequência, **AUTORIZO** o empenhamento do valor deR\$ 1.552,00 (um mil quinhentos e cinquenta e dois reais) que onerará a dotação orçamentária nº 05.10.15.122.3024.2.10 0.3.3.90.30.00.09, consoante Nota de Reserva nº 05/2022, cota SEI n.º 057575862;

III - A fiscalização do contrato será exercida pelo Sr. Antonio Carlos Pereira, RF - 003388-0 e na qualidade de suplente pelo Sr. Emerson Artes, prontuário nº 59.790;

IV - PUBLIQUE-SE;

V – Após publicação encaminhe-se os autos à Gerência Financeira para empenhamento.

FRANCISCO ROBERTO ARANTES FILHO
Presidente da São Paulo Urbanismo

PROCESSO Nº 7810.2020/0001007-5

Designação de Fiscal SP-URB/PRE-GJU Nº 058103267

I – À vista dos elementos contidos no presente processo eletrônico, nos termos do artigo 40, inciso VII da Lei n.º 13.303 de 2016, cumulado com o artigo 13.5.2.do Regulamento de Licitações e Contratos da SP Urbanismo, NP - 58.02 e artigo 6º do Decreto Municipal 54.873 de 2014, DESIGNO os empregados públicos JOÃO PORFIRIO DA SILVA NETO - Prontuário 4809-7, e CRISTINA TOKIE SANNOMIYA LAIZA - Prontuário 4756-2, lotados na Diretoria de Engenharia e Obras, na qualidade de fiscal e fiscal suplente, respectivamente, para atuar na fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato n.º 7810.2020/0001007-5, celebrado com a empresa OCEANO PRODUÇÕES DE EVENTOS EIRELI - EPP, CNPJ n.º 02.959.865/0001-05.

II – Publique-se.

III – Encaminhe-se à DEO para ciência e posterior encaminhamento ao Sr. Fiscal do Contrato para providências.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022.

FRANCISCO ROBERTO ARANTES FILHO
Presidente da São Paulo Urbanismo

PROCESSO Nº 7810.2019/0001068-5

Designação de Fiscal SP-URB/PRE-GJU Nº 058101026

I – À vista dos elementos contidos no presente processo eletrônico, nos termos do artigo 40, inciso VII da Lei n.º 13.303 de 2016, cumulado com o artigo 13.5.2.do Regulamento de Licitações e Contratos da SP Urbanismo, NP - 58.02 e artigo 6º do Decreto Municipal 54.873 de 2014, DESIGNO a empregada pública **MARLANE REIS XAVIER** - Prontuário 5986-2, lotado na Gerência de Recursos Humanos, na qualidade de fiscal suplente, para atuar na fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato n.º 7810.2019/0001068-5, celebrado com a empresa **MR COMPUTER INFORMÁTICA LTDA., CNPJ n.º 00.495.124/0001-95.**

II – Publique-se.

III – Encaminhe-se à DAF/GCL para ciência e posterior encaminhamento ao Sr. Fiscal do Contrato para providências.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022.

FRANCISCO ROBERTO ARANTES FILHO
Presidente da São Paulo Urbanismo

SÃO PAULO TURISMO

GABINETE DO PRESIDENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PROCESSO DE COMPRAS Nº 7210.2021/0002925-6 - PREGÃO ELETRÔNICO - NºPE045/21

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para locação de Plataforma Elevatória de 40 metros para manutenção de iluminação do Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo para atendimento ao evento “Carnaval 2022”, conforme bases, especificações e condições do Edital e seus Anexos.

COMUNICAMOS que em 02/02/2022 o Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores da São Paulo Turismo S.A, HOMOLOGOU o procedimento licitatório em que foi ADJUDICADO o objeto à Empresa RCGK PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA -CNPJ 39.909.716/0001-41 pelo valor de R\$ 119.900,00 e AUTORIZOU a contratação. Comissão Permanente de Licitações.

PROCESSO DE COMPRAS nº 7210.2021/0002937-0 - PREGÃO ELETRÔNICO - nº056/21

OBJETO: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada por preço global, para serviço de recuperação nas juntas transversais e longitudinais do piso de concreto da pista do Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – Sambódromo do Anhembi, conforme bases, especificações e condições do Edital e seus Anexos.

COMUNICAMOS que em 02/02/2022 o Diretor de Gestão e de Relação com Investidores da São Paulo Turismo S.A, HOMOLOGOU o procedimento licitatório em que foi ADJUDICADO o objeto à Empresa KTS SERVIÇOS DE DESIGN EIRELI - EPP - CNPJ 24.681.725/0001-50 pelo valor de R\$ 135.000,00 e AUTORIZOU a contratação. Comissão Permanente de Licitações.

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO

GABINETE DO PRESIDENTE

DESPACHO DOCUMENTAL

I- À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº 8610.2021/0000736-5, em especial da manifestação da área técnica responsável (057474248), da análise da Comissão Julgadora (057367534, 057367717, 057473249) e do parecer da assessoria jurídica (058061498), pelas razões de fato e de direito expostas, CONHEÇO dos recursos interpostos pelas interessadas Câmara de Filmes (nº de inscrição on-72112583), Muiraquitã Filmes e Produções Artísticas Eireli ME (nº de inscrição on-1112163423), Awake Produção de Filmes Ltda (nº de inscrição on-435882015) e SHP Soluções e Comunicações EIRELI (nº de inscrição on-233729608), mas no mérito NEGÓ-LHES PROVIMENTO, mantendo-se o resultado classificatório da 2ª fase do Edital nº 05/2021/SpCine - Programa de Investimento/2021: Núcleos criativos para o desenvolvimento de obras audiovisuais, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade em 22/12/2021, ps.30-33 (056695671).

II- Publique-se.

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

I- À vista dos elementos constantes do processo eletrônico nº 8610.2018/0000739-4, em especial da manifestação da área responsável pelo acompanhamento da execução contratual (058011177) e do parecer da assessoria jurídica (058173534), com fundamento no artigo 72 da Lei Federal nº 13.303/2016, no artigo 48-A, II e III, da Lei Municipal nº 14.141/2006, nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, formalismo moderado, eficiência e manutenção da segurança jurídica, bem como no item 5.1. do Termo de Contrato nº 40/2019/SpCine, formalizado com PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.385.969/0001-44, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoria contábil, tributária e em recursos humanos, convalido a prorrogação do prazo de vigência do ajuste pelo período de 12 (doze) meses a contar de 01/02/2022, mantidas as mesmas condições contratuais, pelo valor total de R\$ 33.354,44 (trinta e três mil trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

II- Publique-se.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABINETE DA SECRETÁRIA

DESPACHO DA CHEFE DE GABINETE

I. À vista dos elementos que instruem o Processo 6076.2020/0000278-0, em especial manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta doc. 058131961, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, com fundamento no artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e do capitulado na Lei Municipal nº 13.278/02, Decreto Municipal nº 44.279/2003 e pela Portaria nº 01/2021-SMRI, **AUTORIZO** a prorrogação do Contrato 010/2020-SMRI, com a empresa PIERCOFFEE BR SERVICES & FACILITIES LTDA; CNPJ nº 23.465.762/0001-69, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em locação de equipamento de máquina de café expresso, com fornecimento de material de insumos (café em grão, açúcar e adoçante em sachês individuais, copos descartáveis, mexedor plástico e guardanapo de papel) e assistência técnica inclusa, para atender a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, pelo período de 12 (doze) meses, perfazendo o valor total de R\$ 15.018,00 (quinze mil e dezoito reais).

II. **AUTORIZO**, consequentemente a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 13.683,07 (treze mil seiscentos e oitenta e três reais e sete centavos), em favor da empresa PIERCOFFEE BR SERVICES & FACILITIES LTDA; CNPJ nº 23.465.762/0001-69, onerando a dotação orçamentária nº 73.10.04.122.3034.2.100. 3.3.90.39.00.00, para este exercício, devendo o restante onerar dotação própria do exercício subseqüente.

CÂMARA MUNICIPAL

Presidente: Milton Leite

GABINETE DO PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO - SGP-4

PROJETO APRESENTADO CONFORME O PRECEDENTE REGIMENTAL Nº 1/2020, DISPENSADA A LEITURA NO PRO-LONGAMENTO DO EXPEDIENTE

PROJETO DE LEI 01-00026/2022 da Vereadora **Silvia da Bandaca Feminista (PSOL)**

“Estabelece, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, protocolos sanitários obrigatórios para a comunidade escolar

no combate a pandemia, em especial, a variante “Ômicron” de alta taxa de transmissibilidade e dá outras providências.

Art. 1º: No âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, para o exercício das atividades presenciais em todas as unidades escolares, deverão, obrigatoriamente, serem seguidos os seguintes protocolos sanitários, independente de demais cominações legais ou atos do Executivo:

I - Testagem semanal do Covid-19 de toda comunidade escolar para rápida identificação dos contaminados, garantindo maior eficácia na mitigação da proliferação do vírus;

II - Distribuição de máscaras do tipo PFF-2 (N95) ou análogos, por serem comprovadamente o tipo de máscara mais eficaz no combate a novas variantes de maior transmissibilidade; e

III - Exigência de comprovante de vacinação contra a Covid-19 de toda a Comunidade Escolar, de acordo com os ciclos vacinais disponíveis a cada uma das faixas etária no momento da comprovação, ou ainda, ciclo mínimo exigido por força de Decreto ou Lei Municipal;

§1º: O oferecimento de testagens semanais e das máscaras do tipo PFF-2 (N95) ou análogas deve ser feito pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. SALA DAS SESSÕES, 1º de fevereiro de 2022.

As Comissões competentes.”

“JUSTIFICATIVA

Há de ser um consenso entre toda a sociedade civil e os poderes instituídos que um dos setores mais atingidos nestes quase dois anos de pandemia do novo corona vírus é o da Educação e que, no atual momento em que vivemos, de nova onda da variante ômicron, estamos todos empenhados em garantir segurança sanitária para o retorno das atividades presenciais na Rede Municipal de Ensino em 2022. A vida, a saúde física e mental dos servidores públicos da educação, dos pais, e em especial, das nossas crianças estão em risco.

Para garantir que as atividades sejam retomadas com segurança nesse ano letivo de 2022, ante o alerta da comunidade científica acerca de eventuais desdobramentos da variante Ômicron, a exemplo de possíveis novos colapsos do sistema de saúde, e independente de outras determinações do Executivo Municipal e de cominações legais, é preciso assegurar obrigatoriamente três protocolos sanitários indispensáveis: a testagem periódica de toda a comunidade escolar; a distribuição de máscaras eficazes no combate a novas variantes e; exigência de comprovante de vacinação a toda comunidade escolar.

Já está comprovado cientificamente que a testagem em massa com regularidade é um instrumento eficaz na identificação de pessoas infectadas (especial assintomáticas) para isolamento com maior celeridade, evitando a proliferação do vírus em maior escala;

O uso de máscaras, em especial em ambientes fechados, a exemplo das salas de aula, ainda é tida pelos especialistas como indispensáveis para o combate a pandemia, e que seu uso adequado evita o contágio.

Portanto, a Municipalidade deve, obrigatoriamente, oferecer a toda a comunidade escolar máscaras - do tipo PFF-4, N95 - ou análogas para se mitigar o contágio em seus ambientes fechados.

E, por fim, como terceira medida sanitária, propõe-se a exigência de comprovante de vacinação a toda comunidade escolar, em conformidade com o ciclo vacinal disponível a cada uma das idades, como por exemplo, na presente data, no mínimo, as duas doses a população acima de 12 anos, e a somente a primeira para a população de 5 a 11 anos.

Assim, com essas 3 medidas sanitárias a se tornarem obrigatórias, em conjunto com as demais políticas públicas de combate a pandemia, podemos ter maior segurança na retomada das atividades presenciais na Rede Municipal de Ensino e garantir que não sejam necessárias novas medidas mais restritivas e portanto, mais prejudicial a recuperação da educação no Município, razão pela qual, pede-se aos colegas Vereadores que votem pela aprovação do presente projeto.”

SECRETARIA DAS COMISSÕES - SGP-1

EQUIPE DA SECRETARIA DAS COMISSÕES DO PROCESSO LEGISLATIVO – SGP-12

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PARECER Nº 02/2022 DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 832/2019.

De autoria do nobre Ver. Ricardo Teixeira, o presente projeto de lei “Dispõe no âmbito do Município de São Paulo, sobre a obrigatoriedade de disponibilidade de Gatil e Canil para animais em situação de rua em parques e praças municipais, e dá outras providências”.

A proposição estabelece que os gatis e os canis deverão ser instalados em locais fechados, para garantir segurança das pessoas e dos animais. Determina ainda que o setor de controle de zoonoses, em parceria com a administração do local, deverá promover feiras de adoção desses animais nos finais de semana.

Segundo o autor, a medida visa reduzir o crescimento descontrolado de animais de rua, evitando, desta forma, a proliferação de doenças passíveis de transmissão aos seres humanos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela legalidade deste projeto de lei.

Cabe destacar, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta a existência de mais de 30 milhões de cães e gatos abandonados no Brasil, o que pode ser facilmente constatado num passeio pelas ruas da cidade, onde é comum notar a presença de animais abandonados, maltratados e às vezes até mortos.

Ante ao exposto, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente entende que a propositura merece prosperar, pois, além de estimular a doação de animais abandonados, contribuirá para promover o adequado controle da população de cães e gatos na cidade, refletindo inclusive em questões de saúde pública, razão pela qual se manifesta favoravelmente a sua aprovação.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 02/02/2022.

Paulo Frange (PTB) - Presidente

André Santos (REPUBLICANOS)

Antonio Donato (PT)

Aurélio Nomura (PSDB)

Ely Teruel (PODE)

Rodrigo Goulart (PSD)

Silvia da Bandaca Feminista (PSOL) – Relatora

PARECER Nº 03/2022 DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 609/20.

Trata-se do Projeto de Lei nº 609/20, de autoria do nobre Vereador Ricardo Teixeira, que dispõe no âmbito do município de São Paulo sobre a coleta de telhas de amianto, e dá outras providências.

O autor justifica a propositura em função dos riscos que o amianto, banido em mais de sessenta países, traz à saúde da população e ao meio ambiente.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, manifestou-se pela legalidade do projeto, na forma do substitutivo, elaborado com a finalidade de adequar a redação à técnica legislativa, bem como para inserir a previsão de multa

de valor fixo e prazo para adequação dos estabelecimentos às novas exigências.

A Lei nº 13.113/2001 proibiu, no Município de São Paulo, a utilização de materiais, elementos construtivos e equipamentos constituídos por amianto, na construção civil, com base nos riscos comprovados à saúde humana.

O amianto é uma fibra mineral natural de alta resistência com várias aplicações industriais, principalmente na área da construção civil. Entretanto a exposição prolongada às fibras, por meio da inalação, dá origem a um processo inflamatório contínuo no trato respiratório, que pode culminar com a perda da capacidade respiratória (asbestose), ou até mesmo o câncer, e por esse motivo muitos países já baniram a sua utilização.

O Brasil tem grandes jazidas do mineral e sempre houve uma grande pressão por parte das empresas do setor para manter o uso do material, sob o argumento de que o seu uso controlado, com medidas de segurança adequadas, seria suficiente para evitar os riscos à saúde.

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu, em todo o país, a produção, a comercialização e o uso do amianto tipo crisotila e, desde então, algumas tentativas para reverter a decisão vêm ocorrendo no âmbito do Congresso Nacional.

A propositura em questão insere-se no campo da logística reversa, que constitui um sistema introduzido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, caracterizado “por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a

viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”.

A logística reversa, por sua vez, baseia -se no conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, que deve “ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos”, conforme as atribuições e procedimentos previstos na Lei nº 12.305/2010.

Dessa forma, considerando o caráter meritório da propositura no que diz respeito à preservação da saúde e do meio ambiente, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente manifesta-se favoravelmente à sua aprovação, propondo, no entanto, um substitutivo, conforme o texto a seguir, a fim de adequá-la ao que estabelecem a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as normas municipais pertinentes, especialmente quanto ao princípio da responsabilidade compartilhada e ao sistema de logística reversa.

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI Nº 609/2020

Dispõe sobre a coleta de telhas, coberturas e outros materiais de construção civil que contenham amianto em sua composição, no âmbito do Município de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º Os estabelecimentos situados no Município de São Paulo, que comercializem ou revendam telhas, coberturas e outros materiais de construção civil, que tenham comercializado produtos com amianto antes da entrada em vigor da Lei Municipal nº 13.113, de 16 de março de 2001, ficam obrigados a disponibilizar locais para a coleta desses produtos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos deverão conter placas informativas de que no local é realizada a coleta de telhas, coberturas e outros materiais que contenham amianto em sua composição e de que esses produtos trazem risco à saúde e ao meio ambiente.

Art. 2º O estabelecimento será obrigado a armazenar os produtos recebidos em local apropriado, que evite contaminação do solo e do meio ambiente e risco à saúde dos clientes e empregados, com base nas atribuições acordadas no âmbito do sistema de logística reversa instituído pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como com a Lei Municipal nº 17.471, de 30 de setembro de 2020.

Art. 3º O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei, no prazo de até 6 (seis) meses da sua entrada em vigor, acarretará multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao estabelecimento infrator, que poderá ser renovada a cada 6 (seis) meses, enquanto não disponibilizado local adequado para a coleta dos produtos.

Parágrafo único. O valor da multa prevista no caput será reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada no exercício anterior, e, no caso da extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 02/02/2022.

Paulo Frange (PTB) - Presidente

André Santos (REPUBLICANOS)

Antonio Donato (PT)

Aurélio Nomura (PSDB)

Ely Teruel (PODE)

Rodrigo Goulart (PSD)

Silvia da Bandaca Feminista (PSOL) – Relatora

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Na publicação havida no dia 02/02/2022, pág. 101, coluna 03, leia-se que se segue, e não como constou:

COMUNICADO

Comunicamos que não serão realizadas nesta semana as reuniões ordinárias das seguintes Comissões:

Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa;

Comissão de Finanças e Orçamento;
Comissão de Administração Pública;
Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica;
Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

SECRETARIA DA CÂMARA

MESA DA CÂMARA

ATO Nº 1533/22

Altera o Ato nº 1.504, de 2 de março de 2021.

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas voltadas ao combate da propagação da COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo;

CONSIDERANDO que a vacinação contribui para a preservação da saúde de todos, bem como a decisão proferida pelo Exmo. Min. Ricardo Lewandowski, no bojo da ADI nº 6.586/DF;

CONSIDERANDO o significativo aumento do número de casos de Covid-19 no mês de janeiro na Cidade de São Paulo, como demonstrado no último Boletim Diário Covid-19,

